

ESQWEB



Por um feminismo socialista e revolucionário

Índice

Crítica Marxista da Família

Apresentação p. 2

Introdução p. 4

A situação do movimento de mulheres na Argentina p.5

Busca-se uma estratégia p.7

As funções da família no capitalismo p.8

A abolição da família p.10

A luta contra a heteronormatividade p.11

Luta de gênero e luta socialista p.12

Em defesa do abolicionismo da exploração sexual

A origem da exploração sexual das mulheres: a família patriarcal p. 2

O Estado cafetão: o garantidor da exploração sexual p. 4

Estado e imperialismo: as redes de tráfico e o turismo sexual p.5

A exploração sexual de plataforma: OnlyFans p.7

Os debates dentro do feminismo: proibicionismo, regulacionismo e abolicionismo p.8

Contra o capitalismo e o patriarcado: é preciso abolir a exploração sexual! p.10



Apresentação

**por Maria Cordeiro, geógrafa e dirigente
da Juventude Anticapitalista Já Basta!**

Nesta segunda década do século XXI, vivemos cotidianamente no cenário mundial a eclosão de uma nova totalidade política, econômica e social - uma nova etapa da luta de classes a nível internacional. Entramos em uma etapa de crises, guerras e revoluções. Há um ecocídio em curso a partir do modo de produção capitalista, novos conflitos interimperialistas surgem, massacres, avanço da extrema direita, e, no entanto, sobre o princípio da reversibilidade, surge a possibilidade da ebulição social em levantes populares e quiçá, revoluções. Nesse sentido, as mulheres são, historicamente, ponta de lança das mais diversas lutas contra a opressão e exploração, e pelo socialismo.

É nesse turbulento contexto que o texto "Uma crítica marxista da família", de Patrícia Pérez, se torna central para nos munirmos de teoria feminista marxista para darmos conta das tarefas do dia. Pérez analisa a instituição familiar como um pilar da opressão das mulheres e da reprodução da força de trabalho no capitalismo.

A importância deste texto reside em sua crítica contundente à família burguesa e sua defesa de um movimento de mulheres combativo e independente. A autora denuncia como a crise capitalista agrava a violência contra as mulheres e como a família se tornou um espaço perigoso, especialmente para mulheres e crianças. Ao mesmo tempo, critica a cooptação do movimento feminista pelo Estado e pelas ONGs, que diluem seu potencial revolucionário.

A autora desmonta a ideologia que naturaliza a família como um refúgio seguro, mostrando como ela é, na realidade, um espaço de violência e desigualdade. A partir de uma perspectiva marxista, o texto explora a relação entre a opressão de gênero e a exploração de classe, destacando a necessidade de um programa socialista para a emancipação das mulheres.

Assim, eis o chamado à ação, propondo a abolição da família burguesa e a socialização do trabalho doméstico como passos essenciais para a libertação das mulheres. A obra a seguir reforça a ideia de que a luta feminista é inseparável da luta pelo socialismo, oferecendo uma base teórica e política para enfrentar as estruturas opressivas do capitalismo e construir um futuro verdadeiramente emancipatório.

Por tudo isso, o texto a seguir é central. Que ele seja apropriado pela militância para nos armar de política revolucionária feminista marxista nesta nova etapa da luta de classes e construirmos um movimento consequente e emancipador, pois, segundo Rosa, quem é feminista e não é de esquerda, carece de estratégia. Quem é de esquerda e não é feminista, carece de profundidade.



Uma crítica marxista da família

Patrícia Pérez

“Para mudar as condições da vida devemos aprender a vê-las com os olhos das mulheres”. Leon Trotsky, Problemas da vida cotidiana, 1924.

Um dos êxitos do capitalismo foi conseguir que a reprodução da força de trabalho siga sendo realizada como trabalho escravo pela mulher. E faz isso mediante uma enorme pressão cultural, e retirando da maioria das mulheres a possibilidade de independência econômica. Sobre esta base de desigualdade se institui a família. Porém, quando a crise joga na miséria a camadas cada vez maiores de trabalhadores, com suas sequelas de decomposição social, violência e abandono, esta desigualdade se torna a base da violência feminicida que recorre o planeta.

A família se tornou o lugar mais perigoso do mundo. Isto quer dizer que, salvo em situações de guerra, mais pessoas são agredidas dentro de sua casa por um membro de sua família do que por um estranho em um espaço público. Destas pessoas, 78% são mulheres e 18% crianças. No entanto, a ofensiva em defesa da família e contra os direitos das mulheres e das minorias sexuais, liderada pela igreja e setores da direita política, vai transcendendo o âmbito das missas e passando para a luta política direta. [1]

Agudizado pela crise mundial, o capitalismo tenta diminuir os gastos do Estado

(iniciando pelo que teve de fazer na América Latina para conter as rebeliões de começos de século), trasladando a responsabilidade pelos efeitos sociais da crise, desde o Estado ao âmbito privado, para a família.

Assim, os males da decomposição social, ao invés de custar dinheiro, custarão somente a vida dos mais débeis e a ruína física e psicológica dos demais. Os governos “progressivos” da América Latina facilitam esta operação. Suas políticas sociais não têm modificado em nada a situação das mulheres na sociedade.

A reação econômica, enquanto durou, não as retirou do desemprego, o pior trabalho informal e mal remunerado; o direito ao aborto lhes foi negado e as políticas de saúde reprodutivas não tiveram efeito sobre a quantidade de mortes pelo aborto clandestino; os mecanismos policiais e judiciais demonstraram-se absolutamente incapazes de combater ou prevenir a violência contra as mulheres; nenhuma estatística mede o desemprego das mulheres; nenhum plano de trabalho ou habitação as tem como objetivo preferencial, e nenhum plano estatal significativo inclui a criação massiva de viveiros/casas. E enquanto não surgir um movimento de luta das mulheres capaz de imprimir seu selo próprio no movimento operário e popular, as coisas seguirão assim.

■ A situação do movimento de mulheres na Argentina

Esta falta de força do programa próprio do movimento de mulheres entre os das lutas populares parece contraditória em um mundo em que, a qualquer lado em que se mire há algo “de gênero”: comissões de gênero, secretarias de gênero, cátedras de gênero, ONGs de gênero, e um setor dedicado ao gênero em todas as livrarias. [2]

E ainda mais na Argentina, onde dezenas milhares de ativistas sociais, sindicais e políticas se encontram a cada ano no Encontro Plurinacional de Mulheres e Diversidades com as militantes de todas as correntes do feminismo.

Este encontro começou a realizar-se faz 25 anos como um espaço de intercâmbio e debates da militância feminista. Depois de 2000, ao calor das lutas do Argentinazo, o encontro se encheu de mulheres dos movimentos sociais, jovens ativistas estudantis e lutadoras sindicais. O Encontro entre a militância feminista histórica e esta vanguarda de dezenas de milhares de ativistas era mais que propício para dar a luz a um forte movimento de luta das mulheres.

Desde esse momento se iniciou uma luta política no interior do Encontro. Os anos de derrota e cooptação por parte do Estado haviam feito seu trabalho nas correntes feministas históricas, que já haviam renunciado à mobilização como método para conseguir suas demandas. A ampliação da vanguarda de luta provocada pelo ascenso do movimento popular só produziu o temor de que “seu” Encontro fosse “encurralado pelos partidos de esquerda”.

Sua luta desde então consiste e em manter “o espírito do Encontro”, ou seja, mantê-lo como um espaço de reunião e debate, porém bloqueando a possibilidade (aberta objetivamente pela irrupção do Argentinazo) de que milhares de mulheres de todo o país que contribuía ali, possam decidir uma ação nacional permanente em comum. [3]

Esta negativa, na realidade, estende-se a todas as ações do movimento fora do Encontro, porque chegaram a levantar atos e assembleias convocados por elas, quando contribuía as militantes da esquerda.

O PCR, que maneja majoritariamente o aparato de organização dos Encontros, adere a esta política: ainda que tenha



construído uma frente de massas no movimento dos desempregados (a Corrente Classista e Combativa), não tem nenhum interesse em massificar a luta feminista (como não tem em nenhum aspecto da luta política que tenha que ver com o desenvolvimento da consciência, segundo corresponde a todo bom partido stalinista) e, sim, muito interesse em manter este aparato sob seu exclusivo controle.

Seu grande aporte político a estes esforços para evitar que os Encontros se transformem no congresso unificador de um movimento de luta das mulheres se relaciona com sua histórica aliança com a igreja católica.

Com a desculpa de que “damos bem-vindas a todas as mulheres, crentes ou não crentes”, utilizam a participação das militantes católicas nas oficinas para dar corpo a essa “minoría a que não se deve obrigar”, minoría que sem as católicas seria praticamente inexistente em questões como o direito ao aborto e a anticoncepção, por exemplo.

Qual é a armadilha de fundo do funcionamento por consenso? Se se tratasse como no começo, de encontros feministas, teria mais sentido (relativamente) funcionar por consenso, já que temos como presuposto que as assistentes têm alguma base ideológica e algum objetivo comum. Mas quando o Encontro se massifica e se converte em campo de luta de todas as correntes políticas do país, incluindo o Estado e a Igreja (isto é, incluindo mortais inimigos dos direitos das mulheres), o consenso fica objetivamente bloqueado, e manter a ficção do consenso só faz com que uma ínfima minoría imponha sua vontade à enorme maioria.

E a vontade do Estado e da igreja é, justamente, alcançar a paralisação de um movimento que, ao calor do levantamento popular primeiro e da crise capitalista agora, ameaça cobrar força e grande legitimidade popular, e se se radicaliza pode constituir-se em um elemento revolucionário. A burocracia feminista se alia com os

stalinistas em cumprir com esta vontade da classe dominante, em troca de que lhe deixem um lugarzinho onde prosperar nas instituições do regime.

A isto veio somar-se a corrente Queer, que analisamos em um texto separadamente, com sua ideologia de fragmentação da mulher em infinitas identidades, cristalizadas em uma infinidade de pequenos grupos que não podem nem devem unir-se em uma luta em comum sob pena de “diluir” sua especificidade no movimento geral.

Nós, da Las Rojas, viemos dando a luta para que nos Encontros se decida um plano de luta nacional pelo direito ao aborto, denunciando a cumplicidade do Estado no tráfico de mulheres e na violência chamada “doméstica”, pela unidade do movimento de mulheres com as lutas operárias, tudo no caminho de construir um movimento feminista de luta, independente do Estado e aliado ao movimento operário e popular.

Las Rojas foi se construindo numa luta tratando de responder a duas necessidades. Uma, mais estratégica, tem que ver com o relançamento da luta pelo verdadeiro socialismo depois deste ser tão abastardado e sujo pelos anos de dominação stalinista, e obscurecido pelas deformações do trotskismo do segundo pós-guerra.

A nosso juízo, o socialismo não tem que ser visto como uma mera transformação de relações de propriedade, mas com uma revolução de todas as relações de opressão, e entre estas a opressão do gênero ocupa um primeiríssimo lugar, não só porque as mulheres são a metade da humanidade, mas também porque por meio da instituição familiar se reproduzem e se naturalizam todas as relações de opressão do sistema.

A outra é uma necessidade política, mais imediata, porém muito importante. Nas tentativas dos ideólogos capitalistas pós-queda do Muro em criar teorias opostas ao classismo e ao marxismo, a questão de gênero (como também o indigenismo e o autonomismo sindical) tem sido uma

“febre”. Inclusive o acesso de mulheres aos altos mandos dos estados burgueses têm sido publicizado como um avanço da democracia, e a “ONGzação” da miséria feminina como um “emponderamento” das mulheres pobres. Se queremos contribuir para a recomposição do movimento revolucionário, não podemos evitar a luta contra as ideologias pós-modernas em todos os campos.

Esta luta contra a burocracia feminista, que briga por manter o movimento de mulheres fragmentado, isolado e despolitizado de maneira a conservar suas próprias alianças com o Estado burguês, tem sido uma verdadeira escola de luta política e um importante meio de construção partidária durante nosso cinco anos de participação no Encontro Nacional de Mulheres e nas ações e debates do movimento durante o resto do ano.

E teve um ponto de inflexão no último Encontro em outubro de 2009, quando nós, Las Rojas, impulsionamos a unidade de ação de centenas de mulheres que junto a nós retiraram as militantes católicas das oficinas, a golpes contra a tropa de choque do PCR e ao grito de “PCR traidor”. [4]

Esta crise no Encontro de mulheres, que é o evento principal da reunião do movimento no país, demonstra que o movimento de mulheres não ficou (não podia ficar) fora da situação de polarização geral: a direita burguesa, em suas tentativas de impor seus próprios modos de dominação, arrasa com o status quo populista representado pelo governo K no pós Argentinazo, e o movimento operário e popular oferece diante desses avanços uma forte resistência.

As correntes feministas tradicionais e pós-feministas ficaram presas entre estas forças, e terão que se definir. Esta situação de “politização de fato” que começa a sofrer o movimento, abre para o feminismo revolucionário uma grande oportunidade de avançar sua construção.

■ Busca-se uma estratégia

A partir deste necessário panorama do movimento de onde estamos nos construindo, passemos a um plano mais teórico. Mais além das diferenças que mantêm entre si, a incapacidade das ideologias dominantes no feminismo de hoje para configurar um movimento de luta tem que ver, a nosso juízo, com um “esquecimento” enquanto ao conceito de gênero. [5]

Esquecem que a sociedade impõe a mulher ser de certa maneira para destiná-la a fazer certo trabalho. E que isto ocorre ao gênero mulher não como uma soma de sujeitos individuais com certas características, mas como um sujeito social: a mulher é mãe da sociedade capitalista, é a que faz o trabalho de reprodução (crianças e tarefas domésticas) como o trabalho não pago no âmbito privado da família.

Obviamente que muitas pessoas do sexo feminino, inclusive multidões deles em certos períodos, podem eleger não ser mulher no sentido de não aceitar o *ser* nem o *fazer* impostos pela sociedade a seu gênero; conta-se com uma série de vantagens econômicas e culturais. Porém, o problema subsiste: quem faz o trabalho?

Adam Smith dizia que se a riqueza se repartisse entre todos por igual, ninguém iria querer trabalhar. Este é o sentido comum com que a burguesia justifica a exploração, e também a busca imperialista de novos contingentes humanos para se explorar nos países dependentes: ainda que a mobilidade social (a possibilidade das pessoas de escapar da exploração) seja desejável para a democracia, sempre deve se manter um setor da sociedade em situação de trabalhar compulsivamente. Senão, não há trabalho algum e a sociedade capitalista morre. [6]

Teve-se que criar uma teoria para uma organização classista da produção, o socialismo científico, para dotar o movimento dos explorados de uma

estratégia superior para toda a sociedade: abolir as classes acabando com a exploração geral.

Neste terreno deve-se situar o problema. A abolição da opressão de gênero começa por abolir a divisão do trabalho entre os gêneros, que é o que os constitui, promovendo o pleno acesso das mulheres à produção social e a absorção pelo coletivo social das atuais funções econômicas da família, como um setor a mais da produção.

Este tipo de lutas são as que não querem promover as correntes dominantes no que hoje se chama oficialmente feminismo. Algumas delas, junto aos seus irmãos do pos-marxismo que decretaram o fim da classe operária e o nascimento de múltiplos gêneros. Outras dizem que relacionar a opressão das mulheres com a função da família no sistema de classes serve aos marxistas para negar a necessidade da luta específica pelos direitos da mulher, já que estes seriam resolvidos em seu momento pela revolução socialista. [7]

Opinamos justamente o contrário: a compreensão de que a opressão da mulher é funcional ao sistema é condição para que exista um movimento de mulheres, porque

como se constitui em movimento contra a opressão se não se toma consciência das razões dessa opressão, e da relação dessa opressão com o resto do mecanismo social, identificando assim inimigos e aliados? [8]

■ As funções da família no capitalismo

“As mulheres que trabalham nas fábricas recebem em geral salários muito inferiores aos dos homens, e houve manifestações de lástima por elas a este respeito baseadas em uma simpatia talvez pouco ajuizada, já que o baixo preço de seu trabalho tende a imbuir-lhes da ideia de que cumprir com seus trabalhos domésticos resulta mais proveitoso, e é, além disso, uma atividade mais agradável, com a qual se evita que se sintam tentadas pela fábrica, abandonando

o cuidado de seus filhos e do lar. Deste modo, a Providência consegue seu propósito” (Andrew Ure, *Philosophy of manufactures*). [9]

Para abolir a divisão do trabalho entre os gêneros, a mulher teria que se integrar à produção social e a sociedade absorver as tarefas domésticas como um setor/categoria da produção social. Com a revolução industrial, o capitalismo, a seu modo brutal, empregando milhões de mulheres e crianças nas fábricas, “cumpru” por um tempo com a primeira parte deste programa:

“Até 1840, a maioria dos trabalhadores nas fábricas britânicas eram mulheres e crianças. As terríveis condições de vida e trabalho que os assalariados sofriam destruíram qualquer coisa que se parecesse a uma vida familiar normal, e o acesso das mulheres aos seus próprios ingressos lhes permitiu escapar da necessidade do matrimônio. Isto levou a muita gente (entre eles, Marx e Engels) a falar da morte da família da classe trabalhadora”, ainda que se deteve antes na segunda:



■ Família, Tarsila do Amaral (1925)

“De fato, a família não só sobreviveu, mas também floresceu, ainda com uma forma diferente. O capitalismo dependia de um aporte ininterrupto de mão de obra. Aqueles que dirigiam o sistema se davam conta progressivamente de que a família era a melhor maneira de assegurar-se desse aporte com um custo mínimo para eles. A partir de meados do século XIX fizeram-se intentos conscientes de recriar uma família estável entre as classes trabalhadoras. Isso colocava, em parte, a exclusão gradual de mulheres e crianças de certas áreas da produção e o pagamento de um salário familiar aos homens. Excluiu-se as mulheres, em particular, das indústrias que ameaçavam sua capacidade de ter filhos”. [10]



■ Wikipédia Commons (1942)

Os conselhos do simpático doutor Ure que presidem este ponto refletem muito bem este período, quando o capitalismo se dedicou conscientemente a reconstruir uma família operária em que a reprodução da força de trabalho (a sustentação de futuros trabalhadores dentro dos custos de alimentação, vestimenta e alojamento de seus progenitores operários) se realizasse do modo mais barato possível para o sistema.

A partir deste momento, o capitalismo moveu-se sempre entre estas duas necessidades: utilizar as mulheres como exército industrial de reserva (por exemplo, em épocas de crise econômica ou guerra) e utilizar seu trabalho doméstico gratuito para reduzir ao mínimo possível o salário do trabalhador. [11]

Por isso, quando a crise ou a guerra passam, o sistema começa a despedir as mulheres da produção e repõe os homens. A ideia de que o lugar da mulher é o lar, ou de que se “tira o trabalho dos homens”, faz com que provocar um grande desemprego feminino tenha menores custos políticos do que o

desemprego masculino. [12] Há outras funções de reprodução que cumpre a família: uma é a reprodução da desigualdade social. Os bens de um proprietário, quando este morre, não se devolvem à sociedade, mas passam a seus filhos. Por meio da família, a burguesia se assegura da acumulação de riquezas em sua própria classe. As crianças que nascem em famílias despossuídas, ao contar para construir seu futuro somente com os recursos dos pais, irão quase inevitavelmente engrossar as filas dos assalariados.

Outra muito importante é a reprodução ideológica dos valores da sociedade de classe, mediante a repressão das novas gerações. Os bolcheviques no governo soviético, por exemplo, fizeram ingentes esforços econômicos e culturais para substituir a organização familiar por outra mais comunitária, com o fim de libertar a mulher da alienação e da exploração doméstica e integrá-la à vida política e social, e oferecer a nova geração que crescia no estado operário um âmbito de criança e educação menos opressivo e isolado.

Entre as primeiras medidas contrarrevolucionárias da burocracia usurpadora esteve a exaltação da “família operária” e o recorte de todos os direitos das mulheres que o estado operário havia promulgado, como o direito ao aborto, já que, ao dizer da burocracia, “havendo alcançado o socialismo, a mulher soviética não tem o direito de renunciar às alegrias da maternidade. O retrocesso reveste formas de asquerosa hipocrisia, e vai muito mais longe do que exige a dura necessidade econômica.

O motivo mais imperioso do culto atual à família é, sem dúvida alguma, a necessidade que experimenta a burocracia de uma hierarquia estável de relações sociais e de uma juventude disciplinada por quarenta milhões de lares que servem de pontos de apoio à autoridade do poder” (Léon Trotsky, A revolução traída, 1936).

Maternidade compulsiva e disciplinamento da juventude foram bases para a instalação de um regime que, como hoje sabemos, não foi uma transição ao socialismo “detida” ou degenerada, mas uma transição à restauração do capitalismo.

■ A abolição da família

“A atitude marxista frente à família (...), a ideia de que o sistema familiar é uma instituição que fomenta a opressão classista e sexista, pode dar a entender que os socialistas estão tentando destruir o único refúgio que fica ao ser humano. Isto é o contrário do que defendem os marxistas. Nosso objetivo é destruir aquela forma de vida diante da qual há que se refugiar para poder sobreviver. Nosso objetivo é situar todas as relações humanas sobre a base do respeito mútuo, a igualdade e o afeto genuíno, abolindo a chantagem econômica e a desigualdade sobre os que estão / a qual se está se construindo o sistema familiar (...). Eliminar a dependência econômica que mantém agrupada, à força, a esta unidade básica da sociedade impedindo que se desenvolvam formas superiores de relação humana”. [13]

O acesso igualitário das mulheres a todos os setores da produção social implica igual acesso, tal qual o dos homens, à independência econômica. Isso já é um passo enorme enquanto a superação da opressão de gênero: a pobreza tem cara de mulher, e muitas suportam situações de violência por não poderem manter-se a si mesmas e a seus filhos. Mas, além disso, para o acesso igualitário à produção se faz necessário o acesso à educação, à sindicalização e à vida política, reforçando sua capacidade material e psicológica de fazer-se respeitar pelos demais, individualmente e como coletivo.

Para que esta transformação possa realizar-se sem significar a superexploração de uma dupla jornada, o trabalho doméstico, ou grande parte dele, tem que se converter também em produção social, na forma de creches, lavanderias, e restaurantes públicos, que prestem seus serviços com igual qualidade, ou pelo menos a mesma que alcançam atualmente com o trabalho privado.

E o mais importante: o bem-estar material e o desenvolvimento espiritual de todas as crianças, tenham ou não pais, devem ser responsabilidade e tarefa do coletivo social.

De todas as crueldades e absurdos do capitalismo, talvez o pior seja o fato de que, em um mundo em que um lápis ou uma taça se produzem combinando o trabalho e o saber de muitíssima gente, o destino de uma pessoa recaia em tão grande medida sobre a capacidade e vontade de somente dois.

Como vemos, assim como para o marxismo acabar com a exploração significa muito mais que “dividir a riqueza”, superar a opressão de gênero implica muito mais que um salário para a dona de casa ou maridos lavando pratos: significa garantir que a participação de cada pessoa na produção e reprodução não dependa em absoluto de seu sexo, e que a vida sexual e afetiva deixe de estar assinada pelas necessidades da produção e reprodução sociais.

■ A luta contra a heteronormatividade

Separar a sexualidade da reprodução afasta, além disso, toda a diferenciação entre a hetero e a homossexualidade, e proporciona uma base consistente para a unidade da luta de mulheres e “minorias”.

É claro que os marxistas apoiam o direito democrático do matrimônio entre pessoas do mesmo sexo que reivindicam os movimentos LGBTQIA+ em muitos países, mas não nos conformamos com que gays e lésbicas compartilhem com os heterossexuais as misérias da família na sociedade capitalista. Por exemplo, as misérias da mercantilização e a prostituição, sempre inseparáveis da família burguesa monogâmica e patriarcal.

O sistema capitalista se esforça por criar uma aparência de integração dos gays – junto com o dispensar do movimento de mulheres – direcionando-os como clientes do mercado: boliches, roupa, turismo, chegando inclusive a fazer passar os hotéis de luxo para burgueses gays com serviço de garotos ao quarto como se fosse um avanço na igualdade de direitos.

“Rechaçar a obrigação do coito e as instituições que essa obrigação produziu como necessárias para a constituição de uma sociedade é simplesmente impossível para a mente hétero (...). Assim, quando é pensada pela mente hétero, a homossexualidade não é outra coisa que outra heterossexualidade”. [14]

As políticas de “integração” burguesas, as que aderem entusiasticamente funcionários de governos que se negam rotundamente a legalizar o aborto (como os do INADI argentino) [15], fazem estragos na consciência coletiva e na situação dos integrantes de “minorias” sexuais, compelidos a tentar escapar da discriminação pela via de parecer o mais possível a “maioria”, isto é, demonstrando que são bons para fazer o que o capitalismo espera das pessoas exitosas: casar-se e produzir lucros. Esteriliza-se assim o potencial revolucionário da luta contra a heteronormatividade. Não é de estranhar que o sistema patriarcal tenha cooptado para esta operação de mercantilização/matrimônio ao ativismo gay de homens em maior medida que ao de lésbicas, em que há mais feministas.



A mesma utilização da palavra “minorias” é uma operação enganosa. Os não heterossexuais integram uma maioria que sofre a repressão sexual que rege o sistema capitalista patriarcal. À sexualidade das mulheres, qualquer que seja sua normalidade, deixou-se uma margem tão minúscula de normalidade, que a mínima expressão livre de seu desejo, em seguida, a joga no território do diferente.

Com o risco de que nos acusem uma vez mais de querer diluir a luta das minorias (outro dos pecados das feministas socialistas segundo o evangelho Queer), consideramos que a luta contra a heteronormatividade é parte da luta feminista, e advogamos pela unidade de ambos movimentos para lutar pelas reivindicações de todos na estratégia comum de abolição da família.

■ Luta de gênero e luta socialista

“Desgraçadamente, também de muitos camaradas se pode dizer que ‘Escave/raspe o comunista e aparecerá o filisteu’. Escavando/raspando, naturalmente, num ponto sensível, em sua mentalidade acerca da mulher” (V.I.Lenin).

Na Espanha dos anos 30, antes da Guerra Civil, uma feminista reformista chamada Clara Campoamor empreendeu uma luta parlamentar pelo voto feminino em seu país. Conseguiu-o, assombrosamente, apoiando-se nos deputados de direita contra os de esquerda: por esses dias, o governo direitista de Primo de Rivera estava necessitado de mostrar alguma abertura democrática para competir com o movimento republicano, e os deputados republicanos – democratas, mas não fanáticos – não queriam saber de nada com que as mulheres votavam, porque as supunham muito influenciadas pela Igreja e temiam que o voto feminino daria vitória a direita.

Quando a direita monárquica efetivamente triunfou nas eleições de 1922, todos

deixaram a culpa a Clara, que foi expulsa de seu partido (o Radical Socialista) e repudiada por quase toda a esquerda parlamentar.

No ano seguinte, tornou-se a fazer eleições, nas que obviamente também votaram as mulheres, e a Frente Popular ganhou por uma margem maior do que havia alcançado a direita um ano antes. Mas, isso não fez com que os democratas espanhóis reabilitassem Clara, que terminou seus dias exilada pelos franquistas e abandonada por seus correligionários.

O desprendimento com que estes democratas renegaram sua bandeira de sufrágio universal por conveniências eleitorais do momento pinta de coro inteiro como a burguesia constrói suas políticas: seja de direita ou de esquerda, a política burguesa é pragmática, não têm princípios. E o primeiro signo de adaptação à política burguesa de stalinistas, socialdemocratas e burocratas sindicais é a adoração desse “praticismo” burguês: os princípios estão bem enquanto não nos façam a vida difícil.

A vida dos revolucionários espanhóis era bastante mais difícil do que a dos deputados “de esquerda”, no entanto empenharam todas as suas forças para integrar as mulheres à vida política num país em que 80% delas eram camponesas analfabetas e o salário das poucas trabalhadoras que havia, cobravam-no seus maridos.

Construíram toda classe de organizações sindicais e culturais de mulheres, e defenderam seus direitos contra os fascistas, contra a burguesia republicana e contra o stalinismo, que ao intervir na Guerra Civil para derrotar a revolução proibiu a participação das mulheres na luta armada. Desarmar as mulheres equivalia a debilitar as milícias populares que não obedeciam ao mando burguês.

Já Lênin e Clara Zetkin, quinze anos antes, haviam se chocado com a negativa de seus camaradas europeus quando se propuseram a promover a organização das trabalhadoras a partir de suas próprias

reivindicações, chamando um “congresso internacional de mulheres sem partido” no que participassem inclusive as feministas burguesas, para levantar ali o programa revolucionário de emancipação da mulher que o estado operário tentava levar adiante.

E desde os primeiros tempos do movimento operário, revolucionárias como Flora Tristán tiveram que lutar contra a tendência do movimento sindical de expulsar as trabalhadoras por crer que sua entrada na indústria diminuía o salário geral, o que fez Flora escrever sua célebre consigna: “A libertação das mulheres será obra das mulheres mesmas”.

Nem todos os processos revolucionários foram acompanhados, como a Guerra Civil espanhola, por um forte movimento de mulheres. Nem todos os dirigentes que atuaram nesses processos tinham a cultura feminista de Flora, Trotsky ou Clara Zetkin. Porém, em todos esses processos, os revolucionários mais conscientes mostraram uma grande preocupação por impulsionar a luta das mulheres por suas próprias reivindicações, e quando não o alcançavam, viam isto como uma limitação do movimento revolucionário geral.

Parece ser que em meio à revolução os princípios tomam um caminho bem “prático”. Muito longe do prejuízo de alguns trotskistas de antigamente acerca do que “o feminismo divide a classe operária e une a operária com a burguesa”, se impõe a ideia verdadeiramente marxista de que a unidade da classe operária só é possível em base a luta por libertar aos mais explorados e oprimidos da classe, como as mulheres e as etnias e nacionalidades oprimidas.

Quanto a “unidade da operária com a burguesa”, esse “perigo” existe em qualquer luta democrática. A nenhum marxista ocorria, por exemplo, dizer que não há que lutar pela libertação das colônias do imperialismo porque isso “une os operários coloniais com os burgueses coloniais”.

Parece-nos que este preconceito parte de desconhecer que há um programa operário

e socialista para a emancipação da mulher, contraposto ao programa feminista burguês, como há um programa operário para a libertação nacional contraposta ao programa nacionalista burguês, e que esta contraposição não descarta, mas na verdade exige, momentos de unidade de ação e uma política dos revolucionários até o movimento em seu conjunto.

Mas, a luta feminista não é só uma luta democrática. “A família é o último reduto da propriedade privada”, escreveram Engels, Marx, Trotsky e outros. A burguesia demonstra uma grande sutileza ao atacar o marxismo pelo lado da família e da religião, coisa que já vem fazendo desde a época do Manifesto Comunista.

Quando o questionamento ao capitalismo percorre o mundo, a burguesia, assustada, refugia-se em “seu último reduto” conservador, o lugar onde as relações de exploração e opressão seguem revestidas de uma auréola moral, quando essa auréola já caiu do rosto da economia, das instituições do estado, etc.

E em momentos de transição ao socialismo, desde esses últimos redutos conservadores a burguesia espregueia para rearmar-se; dois deles se preocupavam enormemente com os bolcheviques no governo: a família e a pequena propriedade, que levavam em si o germe da sociedade de classe ainda quando não possuíam exploração assalariada.

Lutamos para que o movimento revolucionário, desde os anos de deformação stalinista, recupere a “sutileza” da luta socialista como luta contra toda opressão e violência, esgrimando para arrastar a opressão de gênero ao mesmo lugar que queria Engels para o Estado: ao museu de antiguidades, junto à roca e ao machado de bronze.

Mas ainda subsiste uma pergunta. Se a emancipação da mulher é uma tarefa socialista, ou seja, uma tarefa do movimento operário, para que se necessita de um movimento específico de luta contra a opressão de gênero?

Concluamos esse artigo com a bela contestação de Trotsky:

“Vós poderíeis perguntar que sentido tem o trabalho de vossa organização, se a situação da mãe e da criança depende em primeira instância do desenvolvimento das forças produtivas do país, e só em segundo lugar da estrutura social (...). Em qualquer estrutura social, inclusive a socialista, pode ver-se em face à situação de contar com os meios materiais necessários para alcançar um determinado avanço e, no entanto, não poder realizá-lo.

As tradições servis, a estupidez conservadora, a falta de iniciativa para destruir velhas formas de vida, também se encontram na estrutura socialista como remanescentes do passado. E a tarefa de nosso partido e de organizações sociais como a vossa é extirpar os costumes e a psicologia do passado, e evitar que as condições de vida se mantenham em um nível inferior aos que permitam as possibilidades socioeconômicas.

O desenvolvimento das forças produtivas não é necessário em si mesmo. É necessário para construir os cimentos de uma nova personalidade humana, consciente, que não obedeça a nenhum amo na terra, que não tema a nenhum senhor que esteja no céu; uma personalidade humana que resuma em

si mesma o melhor de tudo o que foi criado pelo pensamento em épocas passadas; que avance solidariamente com todos os homens, que crie novos valores culturais, que construa novas atitudes pessoais e familiares, superiores e mais nobres que as que se originaram na escravidão de classes.

Lênin nos ensinou a avaliar os partidos da classe operária de acordo com sua atitude ante às nações oprimidas. Por quê? Se tomamos, por exemplo, o operário inglês, será relativamente fácil despertar nele a solidariedade com o proprietário do seu próprio país. Contudo, que se sinta solidário com um coolie chinês, que o trate como um irmão explorado, será muito mais difícil, já que isso implicará romper com uma concha de arrogância nacional solidificada durante milênios, não durante séculos.

Da mesma maneira, camaradas, solidificou-se durante milênios, não durante séculos, a concha dos prejuízos do chefe da família ante à mulher e os filhos; tenhamos em conta que a mulher é o coolie da família. Vós deveis ser a escavadeira moral que arrase com este conservadorismo enraizado na escravidão, nos prejuízos burgueses, e nos da mesma classe operária, que nisso arrasta o pior das tradições camponesas. E todo revolucionário consciente se sentirá obrigado a apoiá-lo com todas as suas forças”. [16]



■ Notas:

[1] Além do recrudescimento da cruzada mundial contra o direito ao aborto, na Argentina os bispos a empreenderam contra a educação sexual pública tibiamente impulsionada pelo governo por considerá-la “neomarxista e baseada no conceito de gênero”. Além disso, invadiram com centenas de militantes católicas das oficinas sobre Anticoncepção e Aborto do último Encontro Nacional de Mulheres, com a cumplicidade das dirigentes desse evento (militantes do stalinista Partido Comunista Revolucionário, aliado à Igreja e a Sociedade Rural). Católicas e stalinista foram arrastadas das oficinas a pontapés pelas participantes do Encontro.

[2] O imperialismo gastou incontáveis milhões em subsidiar tudo isso. Mas não o fez, entretanto, com a intenção de fortalecer o movimento das mulheres, mas para financiar sua decomposição, como explicamos na primeira parte deste texto.

[3] Nos encontros está proibido votar porque não se deve obrigar a nenhuma mulher a obrigar-se a ações que não compartilhe e o encontro funciona em oficinas separadas sem nenhuma instância de decisão conjunta. As declarações políticas do evento correm por exclusiva conta da comissão organizadora.

[4] Para um relato pormenorizado dos fatos, vide o periódico do Nuevo MAS, Socialismo ou Barbárie, 162.

[5] Este conceito, imposto pelo combativo movimento feminista dos anos 60, é uma grande conquista teórica das mulheres. Consiste em separar os sexos biológicos dos atributos que se lhes impõe socialmente: homem agressivo, racional e criador; mulher passiva, emocional e maternal. parte do socialmente imposto é a eleição de casais do sexo oposto.

[6] Um fenômeno muito comentado (que parece feito para dar razão a Adam Smith no terreno do trabalho de reprodução) tem preocupado os estadistas imperialistas: os europeus não se reproduzem.

Quanto a reprodução da força de trabalho massiva, o imperialismo resolve o problema utilizando outro sujeito social para realizá-la: as mulheres pobres do Terceiro Mundo. Porém, subsiste a preocupação pela reprodução da classe média europeia de que, ainda que seja menor, também é necessária para o sistema. Por ora, os intentos de alguns governos, como o de Sarkozy, por cercear direitos como o aborto legal foram recebidos com um contundente repúdio por parte das mulheres, que o fez retroceder pelo momento.

[7] De nossa parte, não confiamos em nenhuma solução “de fato” a opressão das mulheres. Cremos que na transição do capitalismo ao socialismo a consciência é tudo e o automatismo nada. Se não há programa feminista consciente para levar adiante a tarefa de socialização do trabalho doméstico e a integração plena das mulheres a todos os setores da produção social, estas não ocorrerão e, portanto, tampouco ocorrerá o socialismo. Por isso lutamos desde hoje para desenvolver a luta feminista e integrá-la a luta socialista.

[8] Um exemplo típico da falta de estratégia de muitas correntes feministas é o de colocar como inimigo das mulheres o “coletivo de homens” ao mesmo nível que o Estado ou a Igreja, ou a referir-se “às igrejas” incluindo ali os partidos marxistas.

[9] Citado por Scheila Rowbotham em Hidden from History.

[10] Marçal Solé e Paso Gredila, La lucha por la liberación gay y lesbiana.

[11] Recordemos que o salário, como o preço de qualquer mercadoria, não pode reduzir-se mais além do necessário para alcançar a reposição dessa mercadoria: deve alcançar para que o trabalhador retorne diariamente ao seu posto alimentado e descansado. E também para repor a força de trabalho em longo prazo, com a produção de novos trabalhadores. Ao se realizar como trabalho doméstico gratuito, esses serviços são mais baratos que se o trabalhador tivesse que comprá-los no mercado pelo qual o salário se abarata.

[12] Ainda que não seja sempre assim. A entrada massiva das mulheres ianques na produção durante a II Guerra mundial, e o posterior intento do governo de devolvê-las a sua casa, constituiu um campo fértil para o desenvolvimento do movimento feminista dos anos 60.

[13] Mary Alice Waters, *Marxismo y Feminismo*, Fontamara, 1989, pp. 81-83.

[14] Monique Wittig, *La mente hétero*, Nova York, 1978.

[15] Instituto Nacional contra a Discriminação, cuja diretora encabeçava as Marchas do Orgulho com a consigna de matrimônio gay.

[16] Discurso dirigido a Terceira Conferência Sindical sobre a Proteção às Mães e aos Filhos, dezembro de 1925. Citado em Leon Trotsky, Caroline Lund, Elizabeth Bames, *La liberación de la mujer*, Elevé, 1971. Destaques nossos.



Em defesa do abolicionismo da exploração sexual

por Sthefanny Zúniga, cientista política, colunista do
IzquierdaWeb e dirigente do Ya Basta! e Las Rojas – Costa Rica

Este artigo nasceu como um exercício de síntese da formação feminista de encerramento de ano sobre o debate em torno do abolicionismo que nós, Las Rojas - Costa Rica, sustentamos — em particular contra setores burocráticos do feminismo que buscam utilizar uma posição regulacionista da exploração sexual como instrumento para disputar a direção do movimento feminista. À medida que o texto avança, aprofundaram-se as diferentes arestas que constituem as redes de exploração sexual.

*A palestra teve como ponto de partida os artigos **"Em defesa do abolicionismo"** e **"A luta contra o tráfico e a exploração: um debate com a posição 'pró-sexo'"**, que fazem parte do acúmulo de militância e da elaboração abolicionista da corrente **Socialismo ou Barbárie**, em particular na Argentina.*

*Além disso, como apoio, foram utilizados textos clássicos do feminismo que estão em processo de estudo, **O Segundo Sexo**, de Simone de Beauvoir, e as elaborações das bolcheviques **Nadia Krupskaya** e **Aleksandra Kollontai**, como sustentação teórica.*

■ A origem da exploração sexual das mulheres: a família patriarcal

Um dos mitos em torno da prostituição é o de que ela seria o trabalho mais antigo do mundo. Esse mito permite normalizar a exploração sexual dos corpos das mulheres e compreender essa prática como um "campo" que pode ser desenvolvido economicamente. No entanto, tal afirmação, como já dissemos, não passa de um mito.

A prostituição tem sua origem juntamente com a família patriarcal. Com a Revolução Agrícola e a maior diferenciação entre as esferas da produção (ocupada pelos homens) e da reprodução (ocupada pelas mulheres), o surgimento da divisão sexual do trabalho consolidou-se como uma vitória histórica do patriarcado e da opressão histórica das mulheres.

Ao mesmo tempo em que o homem se tornou senhor da terra, afirmou a propriedade sobre a mulher e sobre seus filhos. Nesse momento nasce a propriedade privada, e passa-se de sociedades matrilineares a patriarcais para assegurar a linha hereditária masculina.

É aí que surge a família patriarcal, que será o fundamento da família burguesa.

Com a família patriarcal surgem também outras instituições que buscam petrificar, no plano social, as diferenças de gênero, atribuindo papéis sociais a homens e mulheres. Entre essas instituições estão a monogamia (feminina), a heterossexualidade obrigatória e o matrimônio. As três buscam oprimir e controlar as mulheres e sua sexualidade.

O que encontramos, portanto, é que a prostituição nasce como parte do sistema patriarcal, como uma ferramenta a serviço do prazer masculino, já que, enquanto às mulheres se exige a monogamia, os homens podem manter relações extramatrimoniais sem maiores problemas.

Esse arquétipo de mulher aparece na moral cristã, na diferenciação entre Eva e Lilith. A segunda transforma-se em uma “má mulher” no momento em que questiona sua posição de submissão em relação ao homem; por sua vez, Eva converte-se em uma “boa mulher” na medida em que aceita sua inferioridade e, quando a questiona, ao adquirir conhecimento, torna-se a encarnação do pecado. Eva é reduzida a um objeto na medida em que deve manter sua devida submissão, dedicar-se a ser esposa e mãe; mas Lilith também é reduzida a um objeto, apenas que no plano sexual.

Quando surge o Estado capitalista, e sua aliança com o patriarcado, também se buscam diferentes formas de oprimir e controlar as mulheres. Com a família burguesa patriarcal, a mulher converte-se em objeto (esposa e mãe) e em trabalhadora. A mulher burguesa diferencia-se da proletária: enquanto a primeira se alinha aos interesses da burguesia para proteger os seus próprios, às mulheres trabalhadoras vivem as penúrias da classe operária.

Essas penúrias se traduzem, para as mulheres, em uma desigualdade salarial, como aponta Krupskaya: “o salário feminino serve como um mero complemento à renda da família e, se a mulher vive sozinha, então a pobreza a obriga a vender não apenas sua força de trabalho, mas também a si mesma”. Ou seja, o que empurra as mulheres à exploração sexual é tanto uma opressão econômica quanto patriarcal.

Além disso, o trecho anterior introduz uma diferença importante entre a exploração sexual e os trabalhos propriamente ditos. Enquanto, nestes últimos, vende-se a força de trabalho — um conjunto de habilidades e conhecimentos que permite realizar determinada ação —, a exploração sexual implica vender diretamente os corpos (muito particularmente os genitais) das mulheres. Quando vocês elaboram um currículo para buscar trabalho, o que



colocam ali é essa série de conhecimentos e habilidades; não vendemos o nosso corpo, por exemplo.

Assim, a exploração sexual é um flagelo que tem sua origem na opressão específica imposta pelo patriarcado e pelo capital às mulheres e à diversidade — em particular às mulheres trans. De um lado, reduz o papel da mulher a um objeto; de outro, cria as condições econômicas que obrigam as mulheres a vender seus corpos.

Dessa forma, “a apropriação privada dos corpos, sua transformação em mercadoria e seu consumo necessitam do emprego da força. A violência é constitutiva da mercantilização dos seres humanos e de seus corpos” (Montiel, 2022, p. 70). Para sustentar essas estruturas de opressão, o Estado assume um papel de cafetão.

■ O Estado cafetão: o garantidor da exploração sexual

O Estado cafetão converte-se em uma instância de resguardo da violência sexual contra as mulheres. Com o avanço do neoliberalismo e da globalização, no final do século passado, as redes de exploração sexual se expandiram e assumiram um perfil global por meio do tráfico de pessoas. Nesse sentido, a exploração sexual constitui uma fonte de lucros. Segundo um relatório da OIT de 2024, o trabalho forçado gera US\$236 bilhões anuais; desse montante, 73% provêm do tráfico para exploração sexual.

Esse dinheiro circula, passando por “prostíbulos (que) pagam impostos; as marcas de cigarros e bebidas ali vendidas pagam milhões em publicidade; os funcionários administrativos, a segurança e os motoristas dos prostíbulos recebem sua parte; assim como os negócios necessários ao circuito, como hotéis, táxis etc. Sem falar nas propinas a policiais, fiscais e outros funcionários”. A isso somam-se ainda os dados do turismo sexual.

No caso da Costa Rica, o turismo tornou-se

uma das principais atividades econômicas do país. Dentro desse setor, segundo o livro *Gringo Gulch*, de Megan Rivers, o turismo sexual desempenha um papel importante, embora, devido à escassez de informações, seja impossível dimensionar sua profundidade.

No livro de Rivers, são expostos de forma precisa os lucros dos cafetões no centro de San José. Trata-se da área chamada *Gringo Gulch*, localizada na Avenida Primera, entre a Assembleia Legislativa, o Parque Nacional e a Plaza de la Cultura, onde há uma proliferação de cassinos e hotéis, como o Hotel Príncipe. Os clientes levavam as mulheres dos cassinos aos hotéis, onde — quando o estudo foi realizado — pagavam uma taxa extra para entrar com uma mulher, que variava de US\$10 a US\$47.

Segundo Rivers, em 2005 o Hotel Príncipe pagava até ₡3.773.744 anuais em impostos municipais; em impostos anuais, pagou ₡325.000.000, além de ₡75.000.000 de colones ao Instituto Costarricense de Turismo (ICT). Neste ano, o hotel obteve ganhos que giraram em torno de ₡2.524.418.964.

Em um estudo do Instituto de Controle de Drogas (ICD), de 2023, em Jacó — uma zona turística do país — constatou-se que as mulheres em situação de exploração sexual vivem sob condições de violência estrutural. Na infância, mais de 30% enfrentaram carências econômicas; quase 40%, violência emocional; e mais de 40%, violência física. No plano psicológico, ser vítima de violência de gênero desde a infância pode levar à perda da subjetividade e à coisificação, além de aumentar a propensão a permanecer em ambientes que reproduzem essa violência — algo reforçado pela expulsão econômica estrutural que recai sobre as mulheres.

Além disso, para suportar a situação de exploração sexual, 67% consomem álcool e 31% consomem outras drogas. O estudo mostra que 85,1% dos “clientes” consumiram álcool diante das mulheres e 74% consumiram outras drogas na presença

delas. Esses dados evidenciam a economia implícita nas redes de exploração sexual, que vão da rua ou do prostíbulo aos grandes hotéis ou motéis, passando pela venda de drogas. Cabe destacar que, ainda que haja pouca informação a respeito no país, a exploração sexual afeta com especial intensidade as mulheres trans.

■ Estado e imperialismo: as redes de tráfico e o turismo sexual

O papel do Estado cafetão se reforça quando se observa as redes de tráfico para fins de exploração sexual como parte do imperialismo. As redes de tráfico referem-se ao “sequestro e deslocamento de pessoas, (que) só existem para satisfazer o mercado da exploração sexual. Ninguém pensa em sequestrar uma mulher apenas para mantê-la sequestrada”. Ou seja, não é possível separar o tráfico do conjunto da exploração sexual: esta última garante a existência de um “mercado” que alimenta a primeira.

No caso da Costa Rica, o país é caracterizado como de origem, trânsito e destino. Cidadãs costarriquenhas vítimas desse crime foram localizadas nos Estados Unidos, México, Guatemala, Canadá, Espanha e Bahamas. No país, também foram resgatadas pessoas provenientes de países como Peru, China, Cuba, Haiti, Filipinas, África do Sul e Rússia, entre outras nacionalidades.

Durante este ano, foi desarticulada no país uma rede de tráfico vinculada ao Tren de Aragua. “Traziam mulheres da Venezuela, cobrindo todos os gastos de deslocamento, em troca de que, uma vez na Costa Rica, as vítimas oferecessem serviços sexuais para pagar a dívida da viagem. No entanto, eram supostamente lembradas a um sistema de multas constantes por ações mínimas, o que as impedia de se libertar da rede.”

No caso da Argentina, destacam-se vários casos que denunciam o profundo vínculo existente entre a exploração sexual e as redes de tráfico. Marita Verón, por exemplo, foi sequestrada para ser explorada nos prostíbulos de La Rioja.

A existência da ilha de Epstein é um exemplo recente da brutalidade que assumem as redes de exploração sexual e de tráfico e, além disso, revela outro elemento muito importante: como políticos burgueses e grandes capitalistas se protegem mutuamente para exercer violência sexual. Lutar contra a exploração sexual é lutar contra o capitalismo, contra o patriarcado e contra o imperialismo.

Outra face das redes de exploração sexual é o turismo sexual. Um dos casos mais conhecidos em nível internacional é a Tailândia. Muitos turistas europeus vão ao país asiático para visitar as chamadas Zonas Vermelhas, conhecidas como “bairros dedicados ao turismo sexual”; o caso mais emblemático é Pattaya. Em diversos vídeos, vêem-se mulheres tailandesas exibindo seus corpos em bares a qualquer hora do dia. Nesse mercado participam desde operadores turísticos (que fornecem informações sobre a prostituição) até aplicativos de viagem e hotéis.

Os turistas europeus, em particular os alemães, aproveitam-se do fato de poderem pagar menos, e as mulheres em situação de exploração sexual são conhecidas como “garotas de bar”. Há até influenciadores que convidam a visitar o bairro vermelho ou promovem hotéis exibindo as mulheres dentro dos quartos.

Sob a proteção desse comércio turístico, também foram criadas estruturas que facilitam a exploração sexual de menores. No bairro vermelho, os crimes contra menores são comuns. De acordo com um documentário da DW, os turistas “se lançam contra as mulheres e as crianças”. No caso abordado no documentário, é mostrado como um dos bares publicava vídeos nas redes sociais em que exibiam menores a quem tatuavam a data de nascimento no braço com números romanos e os obrigavam a se embriagar e a vender o máximo possível de bebidas alcoólicas aos pedófilos.

O documentário se concentra no caso de um pedófilo alemão que, após violar uma

após violar uma menor, conseguiu fugir da Tailândia para a Alemanha pagando um suborno de quase 1 milhão de bahts (moeda tailandesa) a agentes da polícia para que lhe permitissem sair do país. Assim, a polícia aproveita os subornos para obter um lucro extra, sabendo perfeitamente que os crimes contra menores são comuns e se escondem nas sombras dos lucros do turismo sexual.

Constrói-se em torno da exploração sexual uma infraestrutura econômica que tem como raiz a diferença salarial entre homens e mulheres, a exclusão histórica das mulheres da esfera da produção, os papéis de gênero patriarcais e a opressão histórica das mulheres dentro do patriarcado. Essas formas de opressão se encadeiam e se expressam em um Estado que as reproduz, um Estado cafetão.

■ A exploração sexual de plataforma: OnlyFans

Com a irrupção das plataformas, muitos elementos da vida mudaram; por exemplo, está surgindo uma nova classe trabalhadora. Ao mesmo tempo, transformam-se e surgem outras formas de reproduzir a opressão das mulheres e a exploração sexual. Uma das aplicações mais representativas disso é o OnlyFans.

O OnlyFans foi fundado em 2016 por meio da subsidiária Fenix International; seu criador é Timothy Stokely, conhecido como “o rei do pornô feito em casa”. Essa plataforma é vendida como a panaceia da liberdade das mulheres para subir e vender conteúdo sexual “livre”, mas converteu-se em um império da pornografia e da exploração sexual.

Na realidade, a plataforma transforma-se em uma espécie de bordel digital, no qual tanto as criadoras quanto os agentes assumem o papel de cafetões, e os fãs, o de “clientes”. A plataforma fica com 20% de cada transação realizada; em 2022, os pagamentos brutos alcançaram US\$ 5,6 bilhões, o que elevou o lucro antes de impostos a 27%, representando ganhos de

US\$ 404 milhões no mesmo ano. Após a pandemia, as receitas do OnlyFans aumentaram 553%.

No caso dos agentes, trata-se de homens que controlam as contas das mulheres. Podem ser os próprios namorados, que as “incentivam” a entrar na plataforma e chegam a controlar até a conta bancária; ou outros homens que administram várias contas de conteúdo. É o caso do “Rei do OnlyFans Management”, que, com um faturamento médio de 400.000 euros, fica com entre 30% e 50%. Há inclusive contas que “ensinam” como se tornar cafetão e como direcionar o conteúdo para “captar” mulheres de diferentes lugares e atrair mais atenção.

Enquanto isso, as mulheres são atraídas para essa modalidade de exploração sexual por meio da ideia de ganhar dinheiro fácil vendendo fotos dos pés ou vídeos enquanto dormem, usados como isca. O que encontram, uma vez dentro, são vídeos de felação, pirataria de conteúdo e agentes controlando as contas. Além disso, a média de renda que alcançam é de apenas US\$ 180 por mês.

Em 2022, o número de “criadoras” era estimado em 3,2 milhões, e o de fãs, em 239 milhões. A plataforma oferece conteúdo privado em troca de dinheiro e retém o conteúdo que é enviado, de modo que ele nunca chega a desaparecer. A forma de operar do OnlyFans é uma espécie de uberização da exploração sexual: traz vantagens aos cafetões, enquanto a empresa economiza muitos custos, já que as mulheres utilizam sua própria câmera ou computador, seu quarto, entre outros recursos.

Dentro da plataforma, 97% dos “criadores de conteúdo” são mulheres; apenas 3% são homens, e a maioria dos fãs é composta por homens, o que evidencia a reprodução da exploração sexual das mulheres. Nessa plataforma, combinam-se a pornografia — pela venda de imagens e vídeos — e a exploração sexual, na medida em que há relações digitais e presenciais de “venda” de

sexo. Por trás do OnlyFans surgem outras aplicações cujo objetivo é continuar reproduzindo a exploração sexual das mulheres; destacam-se as de sugar, que vendem às jovens a ideia de que um sugar daddy lhes oferecerá dinheiro em troca de “afeto”. Existem ainda outras plataformas que se concentram na venda de roupas íntimas femininas usadas, mas que devem ser exibidas como estando em uso por meio de vídeos e fotos.

As aplicações de sugar dating se apoiam nas redes sociais para captar jovens: “jovens atraídas pelo estilo de vida bem-sucedido que outras mulheres exibem em suas redes — muitas vezes influenciadoras contratadas pelas próprias plataformas de sugar dating”.



Assim, mascaram-se as novas formas de exploração sexual. Cabe ressaltar que essas plataformas se aproveitam da baixa renda das mulheres para lhes oferecer, em troca de “fotos e vídeos”, uma melhora considerável nos rendimentos; no entanto, essas ofertas, como já vimos, estão muito distantes da realidade.

Dessa forma, o capitalismo de plataforma inova nas formas de exploração sexual das mulheres e impõe certa “uberização”. Assim, a ideia da exploração sexual como “trabalho autônomo” é desmascarada como uma falsidade: as mulheres não exercem um trabalho autônomo. Elas são empurradas para essa forma de exploração pelos baixos rendimentos econômicos e, uma vez dentro, são exploradas por cafetões e “clientes”, deem o nome que quiserem.

■ Os debates dentro do feminismo: proibicionismo, regulacionismo e abolicionismo

Dentro do feminismo há um debate aberto a respeito da exploração sexual. Como parte

desse debate, existem três grandes tendências: o proibicionismo, o regulacionismo e o abolicionismo. Nós, das Las Rojas, nos reivindicamos como abolicionistas da exploração sexual.

A tendência proibicionista, por sua vez, é uma postura reacionária contra as mulheres. Seu principal enfoque é de caráter punitivista: busca utilizar o aparato repressivo do Estado, a polícia, para perseguir as mulheres em situação de exploração sexual, além de impulsionar leis nesse sentido. Não nos deteremos nessa tendência.

A tendência regulacionista, por outro lado, busca que a exploração sexual seja reconhecida como um trabalho. Argumenta que existe a “prostituição livremente exercida” e que o trabalho sexual não é o mesmo que o tráfico. Nesse sentido, o regulacionismo busca apenas maquiar a opressão histórica das mulheres e das diversidades e seguir reproduzindo as estruturas de violência patriarcal, sem se propor a erradicá-las.

Existem algumas experiências regulacionistas que desmentem os argumentos dessa tendência. O caso que nos interessa aqui é o da Alemanha. O país europeu legalizou a prostituição em 2002 e a regulou em 2017 — em particular, regulou a atividade dos cafetões —, sendo atualmente chamado pela imprensa burguesa de o “bordel da Europa”.

Diferentemente do que argumenta o regulacionismo — de que a clandestinidade é o que gera a violência ou de que seria possível desenvolver um “trabalho sexual autônomo” —, a realidade das experiências regulacionistas é muito distinta. Na Alemanha, por exemplo, o que foi regulado não foi o “trabalho sexual”, mas sim a atividade dos cafetões. Enquanto eles operam livremente, as mulheres continuam envolvidas na violência misógina, seja dentro dos bordéis, seja nas ruas, sob o jugo do cafetão.

Em 2017, a Alemanha criou a figura do “empresário sexual”, um eufemismo para proteger esses cafetões. Sob esse guarda-chuva, a exploração sexual no país gera até 15 milhões de euros por ano, encadeando um “mercado” que inclui clubes de striptease, turismo e até mesmo roteiros turísticos em alguns bairros, como Saint Paul.

Esse negócio “lucrativo” não evoluiu conforme as promessas regulacionistas. Pelo contrário, continua dominado pelos cafetões, que foram os grandes beneficiados: 90% das mulheres em situação de exploração sexual estão sob seu controle. Inclusive, em um documentário da France 24, menciona-se que agora os cafetões contam com respaldo legal frente à máfia; caso recebam ameaças, podem recorrer à polícia para obter proteção.

Como já vimos, o que une os cafetões à máfia é o “mercado” do crime organizado, a venda de drogas e o tráfico de pessoas. De fato, segundo a mesma reportagem, muitas das mulheres em situação de exploração sexual na Alemanha são refugiadas da guerra na Ucrânia.

Isso demonstra que, como fenômeno, a exploração sexual e o tráfico são indivisíveis: sustentam-se mutuamente para existir, e ambos derivam da violência e da opressão estrutural impostas pelo capitalismo e pelo patriarcado às mulheres.

Em outro documentário da DW, são entrevistadas duas mulheres que conseguiram sair das redes de exploração sexual na Alemanha, Vivien e Cristina. Entre os dados apresentados, estima-se que cerca de 250 mil mulheres sejam exploradas sexualmente no país, das quais 80% vêm do exterior, e muitas sequer falam alemão ou inglês, o que dificulta a comunicação.



Em ambos os casos, fica claro que a ideia de um “trabalho sexual livre” ou de que se trata de uma decisão alinhada à autodeterminação ou à emancipação das mulheres é uma falácia. Segundo as próprias entrevistadas, as mulheres “estão vendendo uma parte de seu corpo e trata-se, unicamente, de (satisfazer) a sexualidade dos homens”. Em outro relato: “às vezes eu nem sabia onde estava; me levavam de carro a lugares que não conhecia; eu sabia que tinha que me deitar com ele ou algo ruim iria acontecer”.

Enquanto o documentário explicita as situações de violência sexual vividas pelas mulheres, Cristina o diz de forma direta: “na realidade, mesmo que me pagassem por isso, cada cliente era uma violação psicológica; ainda que eu permitisse em troca de dinheiro, psicologicamente era uma violação dia após dia”. A isso se soma a violência do cafetão: “meus cafetões apagaram cigarros no meu corpo, me bateram com um bastão, me trancaram no porta-malas e me jogaram por janelas”. E é justamente isso que é a exploração sexual: pagar para violentar mulheres.

Além disso, em outro documentário da mesma emissora, mostra-se como muitas mulheres estrangeiras em situação de exploração sexual chegam ao país como parte de redes de tráfico. Para os cafetões, as mulheres tornam-se uma “mercadoria valiosa” que pode ser vendida repetidas vezes. Apresenta-se o caso de Sasha, que precisava atender cerca de 30 “clientes” por dia, demonstrando novamente como a exploração sexual e o tráfico são inseparáveis.

Seja observando o caso da Alemanha ou outros, como o da Holanda, o que se comprova é que as promessas do regulacionismo não se cumprem: são um fracasso. Não se desenvolve um “trabalho sexual livre” nem se promove a autonomia das mulheres. O que se protege é a atividade dos cafetões das redes de tráfico, assim como a violência estrutural e sexual contra as mulheres.

■ **Contra o capitalismo e o patriarcado: é preciso abolir a exploração sexual!**

Desde o feminismo anticapitalista de Las Rojas, defendemos nossa posição abolicionista da exploração sexual, em qualquer de suas formas, pois questionamos as estruturas capitalistas e patriarcais que tornam possível a exploração sexual, independentemente da forma que ela assuma.

Nesse sentido, não consideramos a exploração sexual como um trabalho. Como já desenvolvemos, não importa a apresentação que adquira ou a modernização pela qual passe: a origem da exploração sexual reside nas estruturas patriarcais de opressão às mulheres, no matrimônio e na monogamia feminina. A partir delas, impõe-se a coisificação de metade da humanidade, objetivando-se uma mulher “doméstica” e outra destinada à satisfação sexual masculina.

Com o desenvolvimento do capitalismo, a família burguesa e o Estado (burguês) estabelecem uma aliança com o patriarcado e dão continuidade à reprodução da opressão feminina, impondo às mulheres trabalhadoras o jugo da dependência em relação aos homens e dos baixos rendimentos econômicos. Dessa forma, garantem que, entre as mulheres mais precarizadas, exista um “exército” disponível para a exploração sexual — algo ainda mais grave no caso das mulheres trans.

Como parte do mercado da exploração sexual, surgem diferentes formas que o senso comum tenta apresentar como separadas; por isso se distingue a prostituição do tráfico ou da exploração sexual. No entanto, como já demonstramos amplamente, nenhuma dessas formas está separada. Todas têm como raiz a coisificação sexual das mulheres. Nesse sentido, desde uma perspectiva revolucionária, não se pode assumir a exploração sexual como um trabalho, pois, parafraseando Aleksandra Kollontai, o fato de os homens poderem comprar a

sexualidade de uma mulher as reduz a uma coisa, rompendo a solidariedade de classe e perpetuando a opressão das mulheres.

Quanto às outras tendências do feminismo, o proibicionismo é uma posição reacionária que busca perseguir as mulheres, e o regulacionismo já demonstrou repetidas vezes ser um fracasso. Diante disso, a alternativa para a emancipação das mulheres é o abolicionismo da exploração sexual. Além disso, com o avanço do capitalismo de plataformas, torna-se necessário aprofundar os debates e a organização feminista contra a violência patriarcal em todas as suas formas.

Desde o marxismo, apostamos em levar adiante a revolução, um Estado de Transição ao Socialismo, para criar, como dizia Rosa Luxemburgo, “um mundo em que sejamos socialmente iguais, humanamente diferentes e totalmente livres”. Para construir um mundo em que as pessoas sejam socialmente iguais e plenamente livres, é necessário eliminar qualquer forma de exploração sexual. Não se pode aspirar à liberdade ou à igualdade enquanto uma parte da humanidade é reduzida à condição de mercadoria.

Como já indicamos, a exploração sexual tem como elemento central a exploração e a venda dos corpos das mulheres, o que a diferencia do trabalho produtivo, no qual o que se vende é a força de trabalho. Nesse sentido, defendemos a abolição da exploração sexual juntamente com a exigência de trabalho digno para todas as mulheres, que possam participar das atividades da produção social e se organizar, por exemplo, em sindicatos.

É necessário construir relações sexuais e sociais verdadeiramente livres, sem que entre elas medie o dinheiro. Para isso, também é indispensável destruir qualquer forma de exploração sexual e de opressão das mulheres. Defendemos o desmantelamento das redes de tráfico e de exploração sexual. Prisão efetiva para os cafetões e para todos aqueles que lucram com a exploração sexual.

Destituição dos funcionários cúmplices, por ação ou omissão. Trabalho digno e assistência integral às mulheres resgatadas das redes e às vítimas da exploração sexual.





**CONHEÇA E SE ORGANIZE COM A
JUVENTUDE ANTICAPITALISTA JÁ BASTA!**

**Venha construir uma juventude revolucionária
independente dos patrões, governos e burocracias!**

Entre em contato! (19) 99794-1012 Maria

The background is a vibrant red with a fine, dotted texture. Overlaid on this are several circles of varying sizes in shades of pink and light red. Some circles are solid, while others are hollow or have a textured interior. The circles are scattered across the frame, with some overlapping each other. The overall effect is a dynamic and layered composition.

@ja.basta @esquerdaweb
esquerdaweb.com.br